ACTA N.º 18/2010**Data da reunião ordinária: 20-09-2010****Local: Sala de Reuniões da Câmara Municipal****Início da reunião: 9:30 horas****Términus da reunião: 10:50 horas****A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.****Membros da Câmara Municipal do Entroncamento presentes na reunião:****Presidente:** Jaime Manuel Gonçalves Ramos**Vereadores:**

João José Pescador de Matos Fanha Vieira
Paula Maria da Costa Pereira
João Sebastião Coutinho Lima Canaverde
Henrique da Cunha Pereira
Carlos Manuel Godinho Matias

Outras Pessoas:**Responsável pela elaboração da acta:****Nome:** Maria de Lurdes Marques Esteves Alves dos Santos**Cargo:** Coordenador Técnico**Faltas justificada:** Carlos Alexandre Zagalo Gouveia**Faltas por justificar:****Resumo diário da Tesouraria:** 17-09-2010**Operações Orçamentais:** 1.235.970,94**Operações não Orçamentais:** 107.144,08

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- Não houve intervenção do público.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INFORMAÇÕES

- De acordo com o art.º 9.º do Regimento desta Câmara Municipal, o Exmo. Presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores, que apresentaram as seguintes questões:

1 – VEREADOR SR. HENRIQUE CUNHA

a) Sobre o muro do E' Leclerc, perguntou se já existem medidas tomadas e quando vão ser colocadas em prática.

b) TRÂNSITO

«Quem circula de carro na Rua Marquês de Pombal sentido Rua Gustavo Eiffel, na zona dos prédios, a Rua descreve uma curva à direita onde habitualmente estão carros estacionados, que limitam o campo de visão, só sendo possível ver um carro que circule em sentido contrário a escassos metros. No outro lado da Rua existe zona de estacionamento que ninguém usa. Solicito que o assunto seja avaliado pelos serviços respectivos com vista à eventual colocação de sinalização adequada.»

c) JARDIM/PARQUE POR DETRÁS DO “TUCANO” - CASAL SALDANHA

«Ruas envolventes e zonas de estacionamento em péssimo estado, alcatrão levantado ou inexistente, pedras soltas, bancos destruídos, muito lixo, algumas árvores que resistiram ao esquecimento e à indiferença, um ou outro ferro, que ameaçam as crianças que ali brincam, testemunho dos baloiços, dos cavalinhos, do escorrega, que em tempos ali estiveram e que faziam as delícias dos mais novos. Sinto orgulho e até alguma vaidade do complexo desportivo do Bonito, não posso, contudo, ignorar o contraste absurdo entre uma e outra realidade.»

2 – VEREADOR SR. CARLOS MATIAS

Perguntou se já foi remetida a carta à REFER e Grupos Parlamentares, sobre a “Esquadra da P.S.P.”, “Remodelação, Modernização e Segurança da Estação Ferroviária”, “Supressão da Passagem de Nível na Linha da Beira Baixa” e “Construção da Circular 3”.

Sobre a questão do muro do E' Leclerc, o Exmo. Presidente deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente João Vieira que informou ter reunido com os Serviços Técnicos, tendo chegado a um consenso, que será o prolongamento do muro com a colocação de pilaretes retrácteis de modo a evitar que os condutores sejam ofuscados pelo Sol.

Seguidamente, o Exmo. Presidente informou:

- Em relação ao jardim/parque referiu que foram fechados alguns parques no Entroncamento, porque não cumpriam a legislação em vigor.

Vai ser feita uma análise pela Delegada de Saúde e pelo Chefe de Divisão da DEVA, e posteriormente virá à Câmara para se tomar uma decisão.

- Sobre a pergunta do Vereador Sr. Carlos Matias, informou que foi solicitada uma reunião, à REFER, aos Grupos Parlamentares e ao Ministro da Administração Interna.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

LEITURA E APROVAÇÃO DE ACTA

- Foi presente a acta da reunião de 06 de Setembro de 2010, que previamente foi distribuída aos Srs. Vereadores, a qual depois de lida e corrigida, foi aprovada, por unanimidade, com abstenção do Sr. Vice-Presidente João José Pescador de Matos Fanha Vieira, por não ter estado presente na mesma, e assinada por todos os presentes.

ELEITOS LOCAIS

FALTA DE VEREADOR

- Do Vereador Sr. Carlos Alexandre Zagalo Gouveia, foi presente uma comunicação, a informar que por motivos profissionais, encontra-se impossibilitado de comparecer à reunião de 20 de Setembro de 2010.

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, justificar esta falta.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL – ENVIO DE EDITAL

- Ofício n.º 109/10, datado de 15 de Setembro, da Assembleia Municipal do Entroncamento, a comunicar que vai realizar no próximo dia 28-09-2010, pelas 20:30 horas, na Sala de Sessões desta Câmara Municipal, uma Sessão Ordinária conforme o edital que anexa, solicitando a comparência do Exmo. Presidente, bem como dos Senhores Vereadores que compõem o Município.

- A Câmara tomou conhecimento.

- Este assunto foi aprovado em minuta para produzir efeitos imediatos.

CLUBES ASSOC. DESPORT. CULTURAIS DO ENTR.º

ASSOCIAÇÃO DOS ESCOTEIROS DE PORTUGAL – GRUPO 84 DO ENTRONCAMENTO – PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA TRANSPORTE

- Ofício datado de 15 de Setembro corrente, da Associação dos Escoteiros de Portugal – Grupo 84 do Entroncamento, a solicitar a concessão de um subsídio de transporte para deslocação à Costa da Caparica nos dias 18 e 19 de Setembro, devido à impossibilidade deste Município na cedência do transporte.

- Mais informa que o valor pedido pela transportadora é de 650.00 Euros.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 50% do valor do transporte, ou seja de 325,00 Euros.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CLAC – 1.ª ULTRA ROTA DOS TEMPLÁRIOS – PEDIDO DE APOIO

- Ofício n.º 312/2010, datado de 16 de Agosto, do CLAC – Clube de Lazer, Aventura e Competição do Entroncamento, a comunicar, no âmbito das comemorações do

seu 25.º aniversário, que no próximo dia 23 de Outubro vai organizar a “1.ª Ultra Rota dos Templários”, que consiste numa marcha pedestre de regularidade composta por 2 secções.

A Ultra Rota dos Templários é um percurso circular, sempre por caminhos rurais, com distância aproximada de 45Km com início e fim no Entroncamento. Passa por Barquinha, Tancos, Praia do Ribatejo, Constância sul, Arrepiado, Tancos e Barquinha, Quinta da Cardiga e Entroncamento.

A outra secção desportiva é a Mini Ultra Rota dos Templários com cerca de 20Km, unindo o Entroncamento a Constância onde terminará com a realização de um almoço final.

É um acontecimento desportivo dirigido aos caminheiros de todo o país, ao qual o CLAC dará todo o enquadramento técnico, como acompanhamento por guias e viaturas. Fornecerá abastecimentos líquidos e sólidos e refeição a todos os participantes. Almoço na secção mini e jantar na versão Ultra Rota.

É uma actividade de marcha de regularidade que não terá vencedores formais mas terá o desafio de vencer as dificuldades da distância, dos elementos e da duração, dado que estão previstas cerca de 11 horas para cobrir toda a distância maior e cerca de 5 para o percurso menor.

Para que o evento se possa constituir num momento desportivo prestigiante para o CLAC e para o Concelho, solicita os seguintes apoios:

- Cedência do Pavilhão, área do Ginásio no dia 22 de Outubro a partir das 17 horas para aí realizar secretariado e solo duro para pernoita de alguns caminheiros.
- Possibilidade de utilização dos balneários dia 22 a partir das 17 horas, toda a noite até às 7 horas e depois das 20.30 horas do dia 23 de Outubro.
- Possibilidade de utilização do refeitório no dia 23 de Outubro a partir das 6 horas até às 22.30 horas.
- Oferta de lembranças e folhetos promocionais do concelho.
- Apoio financeiro para suporte das refeições, abastecimentos e levantamentos desportivos.
- Isenção da taxa de licenciamento da prova.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 500 Euros e isentar da taxa de licenciamento da prova.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ACCÇÕES CULTURAIS

AGENDA CULTURAL – 4.º TRIMESTRE 2010

- Da Assistente Técnica - Mónica Alves, dos Serviços Culturais, foi presente uma informação a enviar a proposta de orçamento da programação para a Agenda Cultural, para o 4.º trimestre de 2010, no valor total de 19.684,45€.

- A Câmara, tomando conhecimento de tudo, deliberou, por maioria, com abstenção do Vereador Sr. Carlos Manuel Godinho Matias, aprovar o orçamento e as actividades apresentadas, para a agenda cultural para o 4.º trimestre de 2010, de acordo com a informação dos serviços.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

HABITAÇÃO SOCIAL

ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL – PRACETA D. ANTÓNIO DA CUNHA, N.º 5 – FRANCISCO MARIA VASCO DA SILVEIRA

- Da Técnica Superior – Laura Maia, dos Serviços de Habitação Social foi presente a seguinte informação, referente à atribuição da habitação social, sita na Praceta D. António da Cunha, n.º 5:

«A fim de dar cumprimento à deliberação Camarária de 19 de Abril de 2010, que aprovou a Lista de Classificação para Atribuição de Habitação Social, informo Vossa Ex.^ª que a habitação social sita na Praceta D. António da Cunha n.º 5 (T.3), no Bairro Frederico Ulrich, encontra-se disponível para atribuição imediata ao candidato Francisco Maria Vasco da Silveira.

Analisado o processo e de acordo com o estabelecido que regulamenta as rendas de habitação social, resulta a aplicação da renda mensal a cobrar no valor de quinze euros (15.00€).»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, proceder de acordo com a presente informação.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL – RUA ABÍLIO AMÉRICO BELO TAVARES, N.º 16 – PAULA CRISTINA BRUNO VASCO

- Da Técnica Superior – Laura Maia, dos Serviços de Habitação Social foi presente a seguinte informação, referente à atribuição da habitação social, sita na Rua Abílio Américo Belo Tavares, n.º 16, a Paula Cristina Bruno Vasco:

«A fim de dar cumprimento à deliberação Camarária de 19 de Abril de 2010, que aprovou a Lista de Classificação para Atribuição de Habitação Social, informo Vossa Ex.^ª que a habitação social sita na Rua Abílio Américo Belo Tavares n.º 16 (T.3), no Bairro Frederico Ulrich, encontra-se disponível para a candidata Paula Cristina Bruno Vasco.

Analisado o processo e de acordo com o estabelecido que regulamenta as rendas de habitação social, resulta a aplicação da renda mensal a cobrar no valor de quinze euros (15.00€).»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, proceder de acordo com a presente informação.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO

MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA - TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO – RUA AFONSO DE ALBUQUERQUE

- Do Chefe de Divisão de Serviços Urbanos, Eng.º Civil – Nuno Valente, foi presente a informação que abaixo se transcreve a propor a colocação de sinalização vertical na Rua Afonso de Albuquerque:

«De acordo com o solicitado por V. Ex.^ª, serve a presente informação para propor a colocação de sinalização vertical do tipo C1 (sentido proibido), do tipo C11b (proibição de virar à esquerda), do tipo C12 (proibição de inversão do sentido de marcha), do tipo H1a (estacionamento autorizado), e do tipo Mod. 3c (indicador do início ou fim do local regulamentado), nos locais assinalados em planta anexa.

Esta proposta de sinalização visa atenuar os problemas de circulação automóvel no troço entre o Largo das Vaginhas e as Oficinas Municipais, dotando-o apenas de um sentido de trânsito.

Modelo	C1	C11b	C12	H1a	Mod.3c
Quantidade	1 Unidade (a adquirir)				

Esta tarefa poderá ser executada pelos serviços municipais.»

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com esta informação, deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação da sinalização proposta.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA - TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO – RUA DA ORDEM DE CRISTO

- Do Chefe de Divisão de Serviços Urbanos, Eng.º Civil – Nuno Valente, foi presente a informação que abaixo se transcreve a propor a colocação de sinalização vertical na Rua da Ordem de Cristo:

«De acordo com o solicitado por V. Ex.ª, serve a presente informação para propor a colocação de sinalização vertical do tipo C1a (sinal de sentido proibido) no local assinalado em planta anexa.

Modelo	C1
Quantidade	1 Unidade (a adquirir)

Esta tarefa poderá ser executada pelos serviços municipais.»

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com esta informação, deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação da sinalização proposta.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA - TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO – RUA MIGUEL BOMBARDA – PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO CENTRO DE SAÚDE

- Do Chefe de Divisão de Serviços Urbanos, Eng.º Civil – Nuno Valente, foi presente a informação que abaixo se transcreve a propor a criação de um parque (2 lugares) para ambulâncias, na Rua Miguel Bombarda, junto ao Centro de Saúde, conforme assinalado em planta anexa:

«De acordo com o solicitado por V. Ex.ª, serve a presente informação para propor a criação de um parque (2 lugares) destinado a ambulâncias, junto ao Centro de Saúde. A proposta passa pela colocação de sinalização vertical do tipo C16 (sinal de paragem e estacionamento proibidos) com painel adicional Mod.10a (indicador de aplicação) com a inscrição “Excepto Ambulâncias” e a colocação de sinalização horizontal com duas linhas contínuas do tipo M12, delimitando assim dois lugares para o efeito. As sinalizações encontram-se assinaladas em planta anexa.

Modelo	C16	Mod.10a
--------	-----	---------

Quantidade	1 Unidade (a adquirir)	1 Unidade (a adquirir)
------------	---------------------------	---------------------------

Esta tarefa poderá ser executada pelos serviços municipais.»

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com esta informação, deliberou, por unanimidade, aprovar a criação dos lugares propostos bem como a colocação da respectiva sinalização.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA - TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO – RUA 20 DE JUNHO DE 1991

- Do Chefe de Divisão de Serviços Urbanos, Eng.º Civil – Nuno Valente, foi presente a informação que abaixo se transcreve a propor a colocação de sinalização vertical na Rua 20 de Junho de 1991:

«De acordo com o solicitado por V. Ex.^a, serve a presente informação para propor a colocação de sinalização vertical do tipo B2 (sinal de cedência de passagem) que indica paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos nos locais assinalados em planta anexa.

Modelo	B2
Quantidade	2 Unidades (a adquirir)

Esta tarefa poderá ser executada pelos serviços municipais.»

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com esta informação, deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação da sinalização proposta.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA - TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO – RUA FORNO DO GRILO

- Do Chefe de Divisão de Serviços Urbanos, Eng.º Civil – Nuno Valente, foi presente a informação que abaixo se transcreve a propor a colocação de sinalização vertical na Rua Forno do Grilo:

«De acordo com o solicitado por V. Ex.^a, serve a presente informação para propor a colocação de sinalização vertical do tipo C15 (sinal de estacionamento proibido) com painel adicional Mod.6^a (indicador de continuação do local regulamentado quanto a estacionamento ou paragem) nos locais assinalados em planta anexa.

Modelo	C15	Mod.6a
Quantidade	2 Unidades (a adquirir)	1 Unidade (a adquirir)

Esta tarefa poderá ser executada pelos serviços municipais.»

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com esta informação, deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação da sinalização proposta.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA - TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO – RUA 1.º DE DEZEMBRO

- Do Chefe de Divisão de Serviços Urbanos, Eng.º Civil – Nuno Valente, foi presente a informação que abaixo se transcreve a propor a concretização de um parque de estacionamento (1 lugar) na Rua 1.º de Dezembro:

«De acordo com o solicitado por V. Ex.ª, serve a presente informação para propor a concretização de um parque de estacionamento composto por um lugar, destinado a viaturas escolares, na Rua 1.º de Dezembro, em frente ao refeitório escolar.

Para isso é necessário proceder à colocação de sinalização vertical, e sinalização horizontal delimitando o lugar, no local na planta anexada a indicar os layouts finais da sinalização para o local.

Será ainda necessário criar uma caixa para os contentores existentes no local, estando esta também indicada na planta em anexo.

Modelo	H1a	Mod.11j
Quantidade	1 Unidade (a adquirir)	1 Unidade (a adquirir)

Esta tarefa poderá ser executada pelos serviços municipais.»

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com esta informação, deliberou, por unanimidade, aprovar a criação do lugar proposto bem como a colocação da respectiva sinalização.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS MUNICIPAIS

ESCOLA BÁSICA DO 1.º CICLO + JARDIM DE INFÂNCIA SUL – PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

- Do Chefe de Divisão de Obras Municipais – Nuno Carda, foi presente a informação que abaixo se transcreve, referente a um pedido da Firma Tecnorém – Engenharia e Construções, S.A., no sentido de lhe ser concedida a prorrogação legal de prazo da empreitada da “Escola Básica do 1.º Ciclo + Jardim de Infância”, da qual é adjudicatária:

ASSIM:

«Da análise efectuada ao pedido de prorrogação legal, apresentado pela firma Tecnoreem, adjudicatária da empreitada de construção da escola básica do 1.º ciclo e jardim de infância Sul, assim como aos motivos indicados para o mesmo, refere-se o seguinte:

Verificou-se durante a execução da obra a necessidade de se efectuar algumas alterações aos traçados das diferentes redes de forma a compatibilizar todas as infraestruturas com a arquitectura do edifício, procurando-se eliminar pontos de conflito originados pela sobreposição de infraestruturas, tornando-se inclusivamente incontornável, em alguns locais, não produzir alterações à altura prevista para os tectos falsos, de forma a possibilitar o cruzamento de tubagens com elementos estruturais do edifício, assim como à alteração da localização dos radiadores do circuito de aquecimento central, que conflituavam com a colocação prevista de algum mobiliário. As questões apontadas pelo empreiteiro relativamente ao cumprimento de novas exigências regulamentares ao nível da climatização de

edifícios, originado reflexão sobre a solução definida, assim como a definição das soluções a adoptar para resolução dos conflitos atrás mencionados, originaram certamente alguns atrasos na definição final da solução para as várias infraestruturas a executar.

Assume-se, também, que o fornecimento ao empreiteiro de desenhos de pormenor solicitados para situações indefinidas em projecto, assim como a aprovação de materiais a aplicar, nem sempre, por diversas razões, teve a necessária celeridade de resposta por forma a não perturbar o normal desenrolar dos trabalhos.

Relativamente à referência de trabalhos não contabilizados em mapa de quantidades, não nos parece que a alteração de algumas soluções previstas em projecto, por outras, com a pretensão de introduzir melhorias ao nível da qualidade do edifício, e das quais não resultaram acréscimo de custos/trabalhos, que se possa configurar como justificativas para a prorrogação do prazo da empreitada, a não ser por eventual demora na definição da solução pretendida, prevendo-se inclusivamente que o balanço final da empreitada apresente uma diminuição das quantidades de trabalhos relativamente aos previstos em contrato.

Embora o empreiteiro não apresente no pedido formulado, nenhum motivo sobre o qual concretamente se possa determinar um prazo imputável ao Dono de Obra para o atraso verificado na conclusão da obra, justo será assumir, que existiram no decorrer da mesma, e conforme descrito anteriormente, atrasos resultantes dos motivos genericamente apresentados.

É também nossa convicção que a responsabilidade de não conclusão da empreitada no prazo previsto é partilhada com o empreiteiro, que apesar dos alertas da fiscalização no decorrer da empreitada para o não cumprimento do plano de trabalhos, não reforçou as suas equipas de forma adequada para que, mesmo que não existindo outras razões, pudesse concluir a obra no prazo contratual.

Desta forma sugere-se, porque nos parece uma decisão equilibrada face à realidade dos acontecimentos, que seja atendido parcialmente o pedido do empreiteiro, sendo concedida uma prorrogação no prazo requerido, 45 dias, sendo 30 dias a título legal e 15 dias a título gracioso.»

- O Director de Departamento de Urbanismo e Obras Municipais, Arquitecto Silvino, informou o seguinte:

«Concordo com a prorrogação do prazo por mais quarenta e cinco dias. No entanto esta prorrogação deverá ser a título gracioso, dado que a empresa foi continuamente alertada para a necessidade de reforçar as equipas. Quanto à resposta atempada dos Serviços às diversas situações que surgiram em obra, não se me afigura como justificação para o atraso da obra, já que em devido tempo solucionadas.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, conceder a prorrogação de prazo por mais quarenta e cinco dias, a título gracioso, de acordo com a informação do Director de Departamento de Urbanismo e Obras Municipais, Arquitecto Silvino.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ARRUAMENTOS, RUA A E C DE LIGAÇÃO À GALHARDA E ZONA ENVOLVENTE À ROTUNDA – CANCELAMENTO DE GARANTIAS BANCÁRIAS

- Do Chefe de Divisão de Obras Municipais, Eng.º Civil – Nuno Carda, foi presente a informação que abaixo se transcreve referente ao cancelamento de garantias

bancárias efectuado pela Firma António Emílio Gomes & Filhos, Lda, respeitante à execução da empreitada dos “Arruamentos, Rua A e C de Ligação à Galharda e Zona Envolvente à Rotunda”, da qual é adjudicatária:

«Para conhecimento e homologação pela Exma. Câmara, cumpre a D.O.M informar a V. Ex.^a, que a firma António Emílio Gomes e Filhos, Lda., adjudicatária da empreitada em título, vem solicitar a extinção de caução da mesma, mediante Garantias Bancárias, que se descrevem do seguinte modo:

- Garantia n.º 03/059/02632 no valor de 5 979,74 € (cinco mil e novecentos e setenta e nove euros e setenta e quatro cêntimos), respeitante a 5% de caução do valor total dos Trabalhos Contratuais, efectuada no Banco BPI, SA;
- Garantia n.º 04/366/22032 no valor de 372,94€ (trezentos e setenta e dois euros e noventa e quatro cêntimos), respeitante a 5% de caução do valor total dos Trabalhos Adicionais, efectuada no Banco BPI, S.A.

Tendo sido efectuada a Recepção Definitiva no passado dia 07 de Julho de 2010, em cumprimento do ponto n.º 1 do art.º 229.º do DL. 59/99 de 2 de Março, após a mesma, serão restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia pela execução da obra.

Deste modo, é parecer destes Serviços que se poderá proceder ao cancelamento das Garantias Bancárias acima mencionadas, das quais se juntam cópias em anexo.»

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com esta informação, deliberou, por unanimidade, cancelar as garantias referidas.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS PARTICULARES

PROC.ºS DE OBRAS N.ºS 158/03 E 159/03 – CONSTRUMÂNDIO, LDA – EXECUÇÃO DE ARRUAMENTO – PROLONGAMENTO DA RUA FÉ

- Do Eng.º Civil – Joaquim Canteiro, da Divisão de Urbanismo e Obras Particulares, foi presente a seguinte informação relativa ao prolongamento da Rua da Fé:

«Quando do licenciamento dos projectos para os edifícios construídos pelo requerente no prolongamento da Rua da Fé, após o gaveto com a Rua Brito Capelo, foi estabelecido um acordo entre o requerente e a Câmara para a execução conjunta daquele troço do arruamento.

Assim foram executados os trabalhos de infraestruturas (águas, esgotos, iluminação,...) e lancis pelo requerente e os trabalhos de pavimentação pela Câmara (parte da empreitada realizada pela Firma Oliveiras, SA).

Apresenta o requerente um mapa com o orçamento dos trabalhos executados de modo a ser feito um acerto de despesas de ambas as partes. O agora apresentado resulta de uma prévia análise feita por ambas as partes dos trabalhos a considerar, tendo ainda sido posteriormente à entrega feito um pequeno ajustamento nalgumas medições.

Assim de um modo geral considerou-se:

- Totalmente a cargo da Câmara – Os trabalhos executados no passeio do lado sul, lado contrário aos edifícios do requerente.
- Totalmente a cargo do requerente – Passeio do lado dos edifícios, ramais.
- Restantes trabalhos a 50% para cada interveniente.

Em conclusão temos:

- Trabalhos realizados pela Câmara – 50% para cada – 8.505,05€.
- Trabalhos realizados pela Construmândio – 50% para cada – 16.176,04€
- Trabalhos realizados pela Construmândio, encargo da Câmara – 1.504,33€.
(valores sem IVA)

- Valor a pagar à Construmândio: 5.339,83€
(16.176,04€ x 50%) – (8.505,05€ x 50%) + 1.504,33€ = 5.339,83€.»
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, proceder de acordo com esta informação.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROC.º DE OBRAS N.º 50/09 – ASSOCIAÇÃO DE JARDINS ESCOLAS JOÃO DE DEUS – CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO A CRECHE – AMPLIAÇÃO – DECISÃO FINAL

- Presente o processo de obras número 50/09, em nome da Associação de Jardins Escolas João de Deus, referente à construção de edifício destinado a creche - ampliação, na Rua 5 de Outubro, números 31 e 31A, nesta Cidade, na sequência do deferimento do projecto de arquitectura e apresentação dos projectos das especialidades e obtida a aprovação das entidades intervenientes.
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar o processo de acordo com os condicionamentos do parecer do Técnico Superior - Eng.º Civil, Joaquim Canteiro, da Divisão de Urbanismo e Obras Particulares, emitido em 13/09/2010.
- O Vereador Sr. Carlos Matias, apresentou a seguinte declaração:
«Votamos favoravelmente, a título excepcional, pelas razões apontadas por nós, na reunião de Janeiro deste ano, quando este assunto veio aqui pela primeira vez.»
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROC.º DE OBRAS N.º 23/10 – MANUEL RODRIGUES GOMES – ALTERAÇÕES EM ESTABELECIMENTO COMERCIAL (LEGALIZAÇÃO) – DECISÃO FINAL

- Presente o processo de obras número 23/10, em nome de Manuel Rodrigues Gomes, referente a alterações em estabelecimento Comercial, na Rua 1.º de Dezembro, números 5 e 7 - r/c, nesta Cidade, na sequência do parecer favorável sobre o projecto de arquitectura e apresentação dos projectos das especialidades.
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar o processo de acordo com os pareceres do Técnico Superior - Arquitecto José Tavares, da Divisão de Urbanismo e Obras Particulares, emitidos em 27/08/2010 e 07/09/2010.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OUTROS ASSUNTOS FORA DA ORDEM DO DIA

- De acordo com o art.º 83 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Exmo. Presidente apresentou os assuntos que a seguir se transcrevem, após a Câmara ter concordado com a sua análise:

CLUBES ASSOC. DESPORT. CULTURAIS DO ENTR.º

CLAC - PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA TRANSPORTE

- Ofício n.º 318/2010, datado de 13 de Setembro, do CLAC – Clube de Lazer, Aventura e Competição do Entroncamento, a solicitar, devido à impossibilidade deste Município na cedência de transporte, a concessão de um subsídio relativo ao aluguer de um autocarro para deslocação ao Crato, no dia 10 de Setembro corrente, para transporte de 59 atletas federados e cerca de 10 técnicos e dirigentes, para participarem num estágio que se realizou nos dias 10, 11 e 12 de Setembro.

- Mais informa que o custo a pagar à empresa Noventur - Viagens e Turismo, Lda., é de 240Euros, conforme a factura que anexa.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 50% do valor do transporte, ou seja de 120,00 Euros.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CEMITÉRIO MUNICIPAL

CEMITÉRIO MUNICIPAL (AMPLIAÇÃO - FASE 1) - JAZIGOS – ALTERAÇÃO DE IMPLANTAÇÃO

- Do Técnico Superior - Arquitecto José Tavares, da Divisão de Urbanismo e Obras Particulares, foi presente a informação que a seguir se transcreve, relativa à alteração de implantação de Jazigos, no Cemitério Municipal (ampliação – fase 1):

«Com o pedido formal do primeiro jazigo na parte nova do cemitério, cumpre-se a urgência na sua marcação para implantação.

Verificou-se entretanto, por motivos técnicos, a necessidade de garantir afastamento razoável entre os jazigos e ao mesmo tempo respeitar alinhamentos dos talhões (já definidos), corrigindo-se o desenho de implantação até agora prenunciado.

Assim apresenta-se novo traçado com actualização da implantação em todo semelhante à anterior, mas com a supressão de dois lotes.

Sugere-se, uma vez que a procura não é expressiva, que esta falta possa ser compensada aquando da 2.ª fase prevista de ampliação.

Junto em anexo nova planta de implantação e imagens de apoio.»

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com esta informação, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente alteração e rubricar a planta.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO

MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA - TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO – RUA VIRGÍLIO MENDES E RUA ALMIRANTE REIS

- Do Chefe de Divisão de Serviços Urbanos, Eng.º Civil – Nuno Valente, foi presente a informação que abaixo se transcreve a propor a colocação de sinalização vertical na Rua Virgílio Mendes e Rua Almirante Reis:

«De acordo com o solicitado por V.Ex.ª, serve a presente informação para propor a colocação de sinalização vertical do tipo B2 (paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), na Rua Virgílio Mendes, cruzamento com a Rua Forno do Grilo.

Serve ainda a presente informação para propor a colocação de sinalização vertical do tipo O7a e O7b (balizas de posição), na Rua Almirante Reis, nos topos do muro da Passagem Inferior. As respectivas sinalizações a colocar encontram-se assinalados em plantas anexas.

Modelo	B2	07a	07b
Quantidade	1 Unidade (a adquirir)	1 Unidade (a adquirir)	1 Unidade (a adquirir)

Esta tarefa poderá ser executada pelos serviços municipais.»

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com esta informação, deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação da sinalização proposta.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACTIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO CURRICULAR NO ÂMBITO DE AULAS DE INGLÊS PARA ANO LECTIVO 2010-2011

- Da Assistente Técnico – Andrea Frutuoso, dos Serviços de Aprovisionamento, foi presente a informação que a seguir se transcreve, relativa à Prestação de Serviços de Actividades de Desenvolvimento Curricular no Âmbito de aulas de Inglês para o ano lectivo 2010/2011:

ASSIM:

«Como é do conhecimento de V. Ex.^a e na sequência do despacho de 03/09/2010 que autorizou o procedimento em epígrafe, foi adoptado o ajuste directo, nos termos do art. 18.º e al. a) do n.º 1 do art. 20.º do CCP, tendo para tal sido enviado convite ao Instituto Politécnico de Tomar, cuja proposta se anexa ao presente registo (anexo 13 do SGD 7323).

Considerando que a entidade convidada apresentou uma proposta nos termos e condições do convite e do caderno de encargos, que a mesma não violou os limites previstos no n.º 2 e 5.º do art.º 113.º do CCP e que o critério de adjudicação adoptado foi o do mais baixo preço, nos termos do disposto na al. b) do n.º 1 e n.º 2 do art. 74.º do CCP, propõe-se que a “Prestação de Serviços de Actividades de Desenvolvimento Curricular no âmbito de Aulas de Inglês para o ano Lectivo 2010/2011”, seja adjudicado ao Instituto Politécnico de Tomar, nas seguintes condições:

- Preço Contratual – 13,00 € por cada período de 45 minutos de leccionação (Isento de IVA nos termos do art.º 9 do CIVA);
- Condições de Pagamento - O IPT remeterá à entidade adjudicante, até ao quinto dia útil de cada mês a factura correspondente à totalidade das horas leccionadas no mês anterior, devendo a factura ser paga pela entidade adjudicante no prazo de dez dias após a sua recepção.

Uma vez que não foi exigida caução, propõe-se igualmente, nos termos do n.º 2 do art.º 98.º do CCP, a aprovação da minuta do contrato (anexo 9), a celebrar com o adjudicatário.»

- A Vereadora a Tempo Inteiro – Sr.^a Paula Costa, informou o seguinte:

«Em cumprimento da competência atribuída ao Município para desenvolvimento da actividade de enriquecimento curricular no âmbito das aulas de inglês para o ano lectivo 2010/2011 e tendo em vista a emissão do parecer prévio favorável decorrente do n.º 2 do artigo 35.º da Lei 12-A/2008 de 27 de Fevereiro na redacção da Lei 3-B/2010 de 28 de Abril, do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro, na redacção da Lei 3-B/2010 de 28 de Abril e ainda a alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 72 – A/2010 de 18 de Junho, informa-se que o presente contrato de prestação de serviços não envolve a prestação de trabalho subordinado, uma vez que o trabalho irá ser prestado de uma forma autónoma, não se sujeitando na sua execução, conteúdo, direcção e disciplina a instruções deste Município. Informa-se ainda que o trabalho a executar não poderá ser assegurado por trabalhadores providos por relações de emprego público, pois não existem lugares previstos no mapa de pessoal para assegurar o desenvolvimento desta actividade de enriquecimento curricular. Deverá ser presente à reunião.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, na redacção da Lei n.º 3-B/2010 de 28 de Abril, do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro e ainda alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 72-A/2010 de 18 de Junho, para a celebração deste contrato.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLARES

- Da Assistente Técnico – Andrea Frutuoso, dos Serviços de Aprovisionamento, foi presente a informação que a seguir se transcreve, relativa à Prestação de Serviços de Transportes Escolares:

ASSIM:

«Como é do conhecimento de V. Ex.ª, e na sequência do despacho de 30/08/2010 que autorizou o procedimento em epígrafe, foi adoptado o ajuste directo, nos termos do art. 18.º e al. a) do n.º 1 do art. 20.º do CCP, tendo para tal sido enviado convite à empresa Rodoviária da Beira Interior, S.A., cuja proposta se anexa ao presente registo (anexo 8 do SGD 7490).

Considerando que, a entidade convidada apresentou uma proposta nos termos e condições do convite e do caderno de encargos e que o critério de adjudicação adoptado foi o do mais baixo custo, nos termos do disposto na al.ª b) do n.º 1 e n.º 2 do art.º 74.º do CCP, propõe-se que a Prestação de Serviços de Transportes Escolares seja adjudicado à empresa Rodoviária da Beira Interior, S.A., pelo preço contratual de 49.880,00€, valor ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Uma vez que não foi exigida caução, propõe-se, nos termos do n.º 2 do art.º 98.º do CCP, a aprovação da minuta do contrato (anexo 6), a celebrar com o adjudicatário.»

- A Vereadora a Tempo Inteiro – Sr.ª Paula Costa, informou o seguinte:

«Em cumprimento da competência atribuída ao Município para desenvolvimento das actividades de enriquecimento curricular, torna-se necessário, para o ano lectivo 2010/2011 a celebração de um contrato de prestação de serviços para transportes escolares. Tendo em vista a emissão do parecer prévio favorável decorrente do n.º 2 do artigo 35.º da Lei 12-A/2008 de 27 de Fevereiro na redacção da Lei 3-B/2010 de 28 de Abril, do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro, na redacção da Lei 3-B/2010 de 28 de Abril e ainda a alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 72 – A/2010 de 18 de Junho, informa-se que o

presente contrato de prestação de serviços não envolve a prestação de trabalho subordinado, uma vez que o trabalho irá ser prestado de uma forma autónoma, não se sujeitando na sua execução, conteúdo, direcção e disciplina a instruções deste Município. Informa-se ainda que o trabalho a executar não poderá ser assegurado por trabalhadores providos por relações de emprego público, pois não existem lugares previstos no mapa de pessoal para assegurar o desenvolvimento desta actividade. Deverá ser presente à reunião.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, na redacção da Lei n.º 3-B/2010 de 28 de Abril, do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro e ainda alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 72-A/2010 de 18 de Junho, para a celebração deste contrato.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ACTIVIDADES DE APOIO À FAMÍLIA NO PRÉ-ESCOLAR

- Da Assistente Técnico – Andrea Frutuoso, dos Serviços de Aprovisionamento, foi presente a informação que a seguir se transcreve, relativa à Prestação de Serviços para Actividades de apoio à Família no Pré-Escolar:

ASSIM:

«Como é do conhecimento de V. Ex.ª e na sequência do despacho de 03/09/2010 que autorizou o procedimento em epígrafe, foi adoptado o ajuste directo, nos termos do art. 18.º e al.ª a) do n.º 1 do art. 20.º do CCP, tendo para tal sido enviado convite à empresa Hobbyvida- Gestão de Instalações e Serviços Desportivos, Lda., cuja proposta se anexa ao presente registo (anexo 11 do SGD 8614).

Considerando que a entidade convidada apresentou uma proposta nos termos e condições do convite e do caderno de encargos, que a mesma não violou os limites previstos no n.º e 5.º do art.º 113.º do CCP e que o critério de adjudicação adoptado foi o do mais baixo preço, nos termos do disposto na al.ª b) do n.º 1 e n.º 2 do art.º 74.º do CCP, propõe-se que a “Prestação de Serviços de Actividades de Apoio à Família no Pré-Escolar”, seja adjudicado à empresa Hobbyvida- Gestão de Instalações e Serviços Desportivos, Lda., pelo Preço Contratual de 26.940,00 € (acrescido de IVA à taxa legal em vigor).

Uma vez que não foi exigida caução, propõe-se igualmente, nos termos do n.º 2 do art.º 98.º do CCP, a aprovação da minuta do contrato (anexo 6), a celebrar com o adjudicatário.»

- A Vereadora a Tempo Inteiro – Sr.ª Paula Costa, informou o seguinte:

«Em cumprimento da competência atribuída ao Município na área da educação, torna-se necessário a celebração de um contrato de prestação de serviços componente de apoio à família para o ano lectivo 2010/2011. Tendo em vista a emissão do parecer prévio favorável decorrente do n.º 2 do artigo 35.º da Lei 12-A/2008 de 27 de Fevereiro na redacção da Lei 3-B/2010 de 28 de Abril, do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro, na redacção da Lei 3-B/2010 de 28 de Abril e ainda a alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 72 – A/2010 de 18 de Junho, informa-se que o presente contrato de prestação de serviços não envolve a prestação de trabalho subordinado, uma vez que o trabalho irá ser prestado de uma forma autónoma, não se sujeitando na sua execução, conteúdo, direcção e disciplina a instruções deste Município. Informa-se ainda que o trabalho

a executar não poderá ser assegurado por trabalhadores providos por relações de emprego público, pois não existem lugares previstos no mapa de pessoal para assegurar esta actividade. Deverá ser presente à reunião.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, na redacção da Lei n.º 3-B/2010 de 28 de Abril, do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro e ainda alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 72-A/2010 de 18 de Junho, para a celebração deste contrato.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA CULTURA

- Da Técnica Superior – Susana Silva, dos Serviços de Aprovisionamento, foi presente a informação que a seguir se transcreve, relativa à Prestação de Serviços na Área da Cultura:

ASSIM:

«Como é do conhecimento de V. Ex.^ª, e na sequência do despacho de 26/08/2010 que autorizou o procedimento em epígrafe, foi adoptado o ajuste directo, nos termos do art. 18.º e al. a) do n.º 1 do art. 20.º do CCP, tendo para tal sido enviado convite a empresa Primetime, Lda., cuja proposta se anexa ao presente registo (anexo 15). Considerando que, a entidade convidada apresentou uma proposta nos termos e condições do convite e do caderno de encargos e que o critério de adjudicação adoptado foi o do mais baixo custo, nos termos do disposto na al. b) do n.º 1 e n.º 2 do art. 74.º do CCP, propõe-se que a Prestação de Serviços na Área da Cultura seja adjudicado à empresa Primetime, Lda., pelo preço contratual de 12.000,00€, valor ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, renovável até ao limite de 3 anos, de acordo com o disposto no art. 48.º do CCP.

Uma vez que não foi exigida caução, propõe-se, nos termos do n.º 2 do art.º 98.º do CCP, a aprovação da minuta do contrato (anexo 14), a celebrar com o adjudicatário.»

O Vice-Presidente – Sr. João Vieira, informou:

«Para cumprimento da política cultural do Município, e tendo em conta a escassez de meios humanos e bem assim da sua especialização nestes domínios, torna-se necessário a celebração de um contrato de prestação de serviços na área da cultura, mais propriamente para estudo, planeamento e programação. Tendo em vista a emissão do parecer prévio favorável decorrente do n.º 2 do artigo 35.º da Lei 12-A/2008 de 27 de Fevereiro na redacção da Lei 3-B/2010 de 28 de Abril, do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro, na redacção da Lei 3-B/2010 de 28 de Abril e ainda a alínea b) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 72 – A/2010 de 18 de Junho, informa-se que o presente contrato de prestação de serviços não envolve a prestação de trabalho subordinado, uma vez que o trabalho irá ser prestado de uma forma autónoma, não se sujeitando na sua execução, conteúdo, direcção e disciplina a instruções deste Município. Informa-se ainda que o trabalho a executar não poderá ser assegurado por trabalhadores providos por relações de emprego público, pois não existem lugares previstos no mapa de pessoal para assegurar esta actividade. Este assunto deverá ser presente à reunião.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por maioria, emitir parecer prévio favorável, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27

de Fevereiro, na redacção da Lei n.º 3-B/2010 de 28 de Abril, do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro e ainda alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 72-A/2010 de 18 de Junho, para a celebração deste contrato.

- Votou contra o Vereador Sr. Carlos Matias.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - PROJECTO DE REMODELAÇÃO DO CINE-TEATRO S. JOÃO

- Da Técnica Superior – Susana Silva, dos Serviços de Aprovisionamento, foi presente a informação que a seguir se transcreve, relativa à Prestação de Serviços do Projecto de Remodelação do Cine-teatro S. João:

ASSIM:

«Como é do conhecimento de V. Ex.^a, e na sequência do despacho de 15/07/2010 que autorizou o procedimento em epígrafe, foi adoptado o ajuste directo, nos termos do art. 18.º e al. a) do n.º 1 do art. 20.º do CCP, tendo para tal sido enviado convite a empresa JA – Arquitectos, Lda., cuja proposta se anexa ao presente registo (anexo 7 do SGD 5756).

Considerando que, a entidade convidada apresentou uma proposta nos termos e condições do convite e do caderno de encargos e que o critério de adjudicação adoptado foi o do mais baixo custo, nos termos do disposto na al. b) do n.º 1 e n.º 2 do art. 74.º do CCP, propõe-se que a Prestação de Serviços – Projecto de Remodelação do Cineteatro S. João seja adjudicado à empresa JA - Arquitectos, Lda., pelo preço contratual de 24.900,00€, valor ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Nos termos do n.º 1 do art. 98.º do CCP, a minuta do contrato é aprovado pelo órgão competente para a decisão de contratar após de comprovada a prestação da caução pelo adjudicatário.»

A Chefe de Divisão de Administração Urbanística – Dr.^a Márcia Fanha, informou:

«A aquisição em título refere-se a um procedimento de Ajuste Directo previsto na alínea a) do n.º 1 e n.º 4 do art.º 20.º, e, art.ºs 112.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos conjugado com a Portaria n.º 701-H/2008 e tem como objecto um contrato de aquisição de um Projecto com as seguintes componentes:

- Projecto Geral de Arquitectura; Projecto de Arquitectura de Mecânica de Cena; Mapa Resumo de Medições e Estimativa Orçamental; Mapas de Quantidades; Caderno de Encargos; Condições Técnicas Gerais e Especiais.

Questionados os Serviços acerca da aplicabilidade do art.º 44.º do Decreto-Lei n.º 72-A/2010 que estabelece as regras de execução do Orçamento do Estado para 2010 relativamente ao presente procedimento permitimo-nos tecer as seguintes considerações:

- O art.º 44.º do Decreto-Lei n.º 72-A/2010 respeita à celebração de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 (Estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas) designadamente no que respeita a: contratos de prestação de serviços, nas modalidades de tarefa e de avença; contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria

técnica; contratos de aquisição de serviços celebrados com pessoa colectiva cuja área de actividade seja o trabalho temporário.

- Em nossa opinião o presente procedimento não parece configurar qualquer dos contratos referidos, dado que:

- Por um lado, o art.º 35.º da Lei n.º 12-A/2008 na redacção dada pela Lei n.º 3-B/2010 (Lei do Orçamento de Estado) bem com o art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 (Adapta a Lei n.º 12-A/2008 (...) aos trabalhadores que exercem funções públicas na administração autárquica (...)) referem-se unicamente a contratos de prestações de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, situação não enquadrável no procedimento em apreço;

- Por outro lado, questiona-se o facto do art.º 44.º do Decreto-Lei n.º 72-A/2010 se aplicar às Autarquias Locais dado que o mesmo estabelece que, no ano de 2010, carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos a regular por Portaria dos mesmos membros do Governo, sendo que, em 23 de Junho de 2010 foi publicada a Portaria n.º 371-A/2010 que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, não tendo, até à presente data, sido publicada Portaria a regulamentar a mesma matéria para a Administração Local.

- Admitindo que, ainda assim, apesar da respectiva Portaria não ter sido publicada, a Administração Local esteja obrigada a cumprir o referido art.º 44.º do Decreto-Lei n.º 72-A/2010, o presente procedimento não parece igualmente enquadrar-se na figura de 'contrato de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica' dado que, do que se trata é, efectivamente, de um contrato de aquisição para a execução de projectos técnicos, não para consultadoria técnica.

- Aliás consultadoria (ou consultoria) é definida como o “ *fornecimento de serviços especializados de aconselhamento (...)* “.

- Sublinhe-se que a Portaria n.º 371-A/2010 refere-se a contratos de prestação de serviços, nas modalidades de tarefa e de avença, sempre que o objecto do contrato seja uma consultadoria técnica designadamente jurídica, arquitectónica, informática ou de engenharia. Ou seja, parece subentender que, só nos contratos de avença e tarefa (no âmbito da aplicação da Lei 12-A/2008) cujo objecto seja uma das consultadorias técnicas referidas é que a referida Portaria se aplicará. Desconhece-se se, para a Administração Local a Portaria a publicar regulará da mesma forma.

- Sugere-se, para clarificação da questão, a solicitação de parecer junto da ANMP e CCDR.

Não obstante o exposto supra, e, para que dúvidas não restem na aplicação do art.º 44.º do Decreto-Lei n.º 72-A/2010 ao presente procedimento, informa-se que o respectivo contrato de aquisição de serviços, a celebrar no âmbito do Código dos Contratos Públicos, não envolve a prestação de trabalho subordinado, sendo o mesmo prestado de uma forma autónoma, não se sujeitando na sua execução, conteúdo, direcção e disciplina a instruções do Município do Entroncamento.

Informa-se ainda que o trabalho a executar não poderá ser assegurado por trabalhadores serviços por relações jurídicas de emprego público, pois não existem lugares previstos no mapa de pessoal para assegurar esta actividade.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, na redacção da Lei n.º 3-B/2010 de 28 de Abril, do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro e ainda alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 72-A/2010 de 18 de Junho, para a celebração deste contrato.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - PROJECTO DO EDIFÍCIO DE APOIO À JARDINAGEM – DEVA

- Da Técnica Superior – Susana Silva, dos Serviços de Aprovisionamento, foi presente a informação que a seguir se transcreve, relativa à Prestação de Serviços para o Projecto do Edifício de Apoio à Jardinagem DEVA:

ASSIM:

«Como é do conhecimento de V. Ex.^a, e na sequência do despacho de 08/07/2010 que autorizou o procedimento em epígrafe, foi adoptado o ajuste directo, nos termos do art. 18.º e al. a) do n.º 1 do art. 20.º do CCP, tendo para tal sido enviado convite a empresa Entreplanos, Lda., cuja proposta se anexa ao presente registo (anexo 10 do SGD 6243).

Considerando que, a entidade convidada apresentou uma proposta nos termos e condições do convite e do caderno de encargos e que o critério de adjudicação adoptado foi o do mais baixo custo, nos termos do disposto na al. b) do n.º 1 e n.º 2 do art. 74.º do CCP, propõe-se que a Prestação de Serviços – Projecto do Edifício de Apoio à Jardinagem DEVA seja adjudicado à empresa Entreplanos, Lda., pelo preço contratual de 14.500,00€, valor ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Nos termos do n.º 1 do art. 98.º do CCP, a minuta do contrato é aprovado pelo órgão competente para a decisão de contratar após de comprovada a prestação da caução pelo adjudicatário.»

A Chefe de Divisão de Administração Urbanística – Dr.^a Márcia Fanha, informou:

«A aquisição em título refere-se a um procedimento de Ajuste Directo previsto na alínea a) do n.º 1 e n.º 4 do art.º 20.º, e, art.ºs 112.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos conjugado com a Portaria n.º 701-H/2008 e tem como objecto um contrato de aquisição de um Projecto com as seguintes componentes:

- Projecto de Arquitectura; Projecto de Estabilidade incluindo Escavação e Contenção Periférica; Projecto de Infra-estruturas de Água, Saneamento (redes prediais e exteriores) e Rede de Incêndio Armada; Projecto de Alimentação e Distribuição de Energia (interior e exterior); Projecto de Redes Telefónicas, Telecomunicações e Informática; Projecto Acústico e Insonorização; Projecto de Rede de Gás; Projecto de Segurança contra Riscos de Incêndios; Planos de Emergência; Projecto de Comportamento Técnico de acordo com o RCCTE, incluindo Declaração de Conformidade Regulamentar; Plano de Segurança e Saúde; Projecto de Ventilação e Exaustão de Fumos e Gases de Combustão (se aplicável); Projecto de Segurança contra Intrusão; Mapa Resumo de Medições e Estimativa Orçamental; Mapas de Quantidades: Orçamento; Caderno de Encargos; Condições Técnicas Especiais.

Questionados os Serviços acerca da aplicabilidade do art.º 44.º do Decreto-Lei n.º 72-A/2010 que estabelece as regras de execução do Orçamento do Estado para 2010 relativamente ao presente procedimento permitimo-nos tecer as seguintes considerações:

- O art.º 44.º do Decreto-Lei n.º 72-A/2010 respeita à celebração de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 (Estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas) designadamente no que respeita a: contratos de prestação de serviços, nas modalidades de tarefa e de avença; contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica; contratos de aquisição de serviços celebrados com pessoa colectiva cuja área de actividade seja o trabalho temporário.

- Em nossa opinião o presente procedimento não parece configurar qualquer dos contratos referidos, dado que:

- Por um lado, o art.º 35.º da Lei n.º 12-A/2008 na redacção dada pela Lei n.º 3-B/2010 (Lei do Orçamento de Estado) bem com o art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 (Adapta a Lei n.º 12-A/2008 (...) aos trabalhadores que exercem funções pública na administração autárquica (...) referem-se unicamente a contratos de prestações de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, situação não enquadrável no procedimento em apreço;

- Por outro lado, questiona-se o facto do art.º 44.º do Decreto-Lei n.º 72-A/2010 se aplicar às Autarquias Locais dado que o mesmo estabelece que, no ano de 2010, carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos a regular por Portaria dos mesmos membros do Governo, sendo que, em 23 de Junho de 2010 foi publicada a Portaria n.º 371-A/2010 que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, não tendo, até à presente data, sido publicada Portaria a regulamentar a mesma matéria para a Administração Local.

- Admitindo que, ainda assim, apesar da respectiva Portaria não ter sido publicada, a Administração Local esteja obrigada a cumprir o referido art.º 44.º do Decreto-Lei n.º 72-A/2010, o presente procedimento não parece igualmente enquadrar-se na figura de 'contrato de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica' dado que, do que se trata é, efectivamente, de um contrato de aquisição para a execução de projectos técnicos, não para consultadoria técnica.

- Aliás consultadoria (ou consultoria) é definida como o “ *fornecimento de serviços especializados de aconselhamento (...)* “.

- Sublinhe-se que a Portaria n.º 371-A/2010 refere-se a contratos de prestação de serviços, nas modalidades de tarefa e de avença, sempre que o objecto do contrato seja uma consultadoria técnica designadamente jurídica, arquitectónica, informática ou de engenharia. Ou seja, parece subentender que, só nos contratos de avença e tarefa (no âmbito da aplicação da Lei 12-A/2008) cujo objecto seja uma das

consultadorias técnicas referidas é que a referida Portaria se aplicará. Desconhece-se se, para a Administração Local a Portaria a publicar regulará da mesma forma.

- Sugere-se, para clarificação da questão, a solicitação de parecer junto da ANMP e CCDR.

Não obstante o exposto supra, e, para que dúvidas não restem na aplicação do art.º art.º 44.º do Decreto-Lei n.º 72-A/2010 ao presente procedimento, informa-se que o respectivo contrato de aquisição de serviços, a celebrar no âmbito do Código dos Contratos Públicos, não envolve a prestação de trabalho subordinado, sendo o mesmo prestado de uma forma autónoma, não se sujeitando na sua execução, conteúdo, direcção e disciplina a instruções do Município do Entroncamento. Informa-se ainda que o trabalho a executar não poderá ser assegurado por trabalhadores serviços por relações jurídicas de emprego público, pois não existem lugares previstos no mapa de pessoal para assegurar esta actividade.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, na redacção da Lei n.º 3-B/2010 de 28 de Abril, do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro e ainda alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 72-A/2010 de 18 de Junho, para a celebração deste contrato.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACTIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO CURRICULAR NO ÂMBITO DE AULAS DE MÚSICA PARA ANO LECTIVO 2010-2011

- Da Assistente Técnico – Andrea Frutuoso, dos Serviços de Aprovisionamento, foi presente a informação que a seguir se transcreve, relativa à Prestação de Serviços de Actividades de Desenvolvimento Curricular no Âmbito de aulas de Música para o ano lectivo 2010/2011:

ASSIM:

«Como é do conhecimento de V. Ex.ª e na sequência do despacho de 02/09/2010 que autorizou o procedimento em epígrafe, foi adoptado o ajuste directo, nos termos do art. 18.º e al. a) do n.º 1 do art. 20.º do CCP, tendo para tal sido enviado convite à Associação Filarmónica e Cultural do Entroncamento, cuja proposta se anexa ao presente registo (anexo 12 do SGD 6629).

Considerando que a entidade convidada apresentou uma proposta nos termos e condições do convite e do caderno de encargos, que a mesma não violou os limites previstos no n.º 2 e 5.º do art.113.º do CCP e que o critério de adjudicação adoptado foi o do mais baixo preço, nos termos do disposto na al. b) do n.º 1 e n.º 2 do art. 74.º do CCP, propõe-se que a “Prestação de Serviços de Actividades de Desenvolvimento Curricular no âmbito de Aulas de Música para o ano Lectivo 2010/2011”, seja adjudicado à Associação Filarmónica e Cultural do Entroncamento, nas seguintes condições:

- Preço Contratual – 35.740,00 €

- Condições de Pagamento – até ao dia 10 do mês seguinte à prestação do serviço

- Duração da prestação – Outubro a Dezembro de 2010 e Janeiro a Julho de 2011.

Uma vez que não foi exigida caução, propõe-se igualmente, nos termos do n.º 2 do art.º 98.º do CCP, a aprovação da minuta do contrato (anexo 10), a celebrar com o adjudicatário.»

A Vereadora a Tempo Inteiro – Sr.^a Paula Costa, informou:

«Em cumprimento da competência atribuída ao Município para desenvolvimento da actividade de enriquecimento curricular no âmbito das aulas de música para o ano lectivo 2010/2011 e tendo em vista a emissão do parecer prévio favorável decorrente do n.º 2 do artigo 35.º da Lei 12-A/2008 de 27 de Fevereiro na redacção da Lei 3-B/2010 de 28 de Abril, do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro, na redacção da Lei 3-B/2010 de 28 de Abril e ainda a alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 72-A/2010 de 18 de Junho, informa-se que o presente contrato de prestação de serviços não envolve a prestação de trabalho subordinado, uma vez que o trabalho irá ser prestado de uma forma autónoma, não se sujeitando na sua execução, conteúdo, direcção e disciplina a instruções deste Município. Informa-se ainda que o trabalho a executar não poderá ser assegurado por trabalhadores providos por relações de emprego público, pois não existem lugares previstos no mapa de pessoal para assegurar o desenvolvimento desta actividade de enriquecimento curricular. Deverá ser presente à reunião.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, na redacção da Lei n.º 3-B/2010 de 28 de Abril, do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro e ainda alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 72-A/2010 de 18 de Junho, para a celebração deste contrato.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA NO TRABALHO

- Da Assistente Técnico – Andrea Frutuoso, dos Serviços de Aprovisionamento, foi presente a informação que a seguir se transcreve, relativa à Prestação de Serviços de Medicina no Trabalho:

ASSIM:

«Como é do conhecimento de V. Ex.^a e na sequência do despacho de 30/08/2010 que autorizou o procedimento em epígrafe, e do despacho de 06/09/2010 que aprovou as alterações às peças do procedimento e a despesa, foi adoptado o ajuste directo, nos termos do art.º 18.º e al. a) do n.º 1 do art.º 20 do CCP, tendo para tal sido enviado convite à empresa Ecosaúde – Educação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A., cuja proposta se anexa ao presente registo (anexos 22 e 24 do SGD 9449).

Considerando que a entidade convidada apresentou uma proposta nos termos e condições do convite e do caderno de encargos, que a mesma não violou os limites previstos no n.º 2 e n.º 5 do art.º 113 do CCP e que o critério de adjudicação adoptado foi o do mais baixo preço, nos termos do disposto na al. b) do n.º 1 e n.º 2 do art. 74.º do CCP, propõe-se que a “Prestação de Serviços de Medicina no Trabalho”, seja adjudicado à empresa Ecosaúde – Educação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A., nas seguintes condições:

- Preço Contratual – 18.917,34 € (Isento de IVA nos termos do n.º 2 do art.º 9 do CIVA).

- Condições de Pagamento:

a) As quantias devidas pelo Município do Entroncamento devem ser pagas no prazo de 30 dias após a recepção nos serviços de contabilidade da respectiva factura;

b) No último mês de cada ciclo anual, ou seja, no 12.º e 24.º mês serão efectuadas as correcções e acertos necessários (mediante entradas e saídas de trabalhadores)

de forma a corrigir o valor anual do pagamento com o n.º de trabalhadores incluídos na prestação de serviços.

Uma vez que não foi exigida caução, propõe-se igualmente, nos termos do n.º 2 do art.º 98.º do CCP, a aprovação da minuta do contrato (anexo 19), a celebrar com o adjudicatário.»

O Chefe de Divisão de Inovação e Modernização Administrativa – Emanuel Fernandes, informou:

«Em cumprimento da competência atribuída ao Município na área da segurança e saúde no trabalho, na qualidade de empregador e cumprimento da Lei 102/2009 de 10 de Setembro, torna-se necessário a celebração de um contrato de prestação de serviços de Medicina no Trabalho. Tendo em vista a emissão do parecer prévio favorável decorrente do n.º 2 do artigo 35.º da Lei 12-A/2008 de 27 de Fevereiro na redacção da Lei 3-B/2010 de 28 de Abril, do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro, na redacção da Lei 3-B/2010 de 28 de Abril e ainda a alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 72-A/2010 de 18 de Junho, informa-se que o presente contrato de prestação de serviços não envolve a prestação de trabalho subordinado, uma vez que o trabalho irá ser prestado de uma forma autónoma, não se sujeitando na sua execução, conteúdo, direcção e disciplina a instruções deste Município. Informa-se ainda que o trabalho a executar não poderá ser assegurado por trabalhadores providos por relações de emprego público, pois não existem lugares previstos no mapa de pessoal para assegurar esta actividade. Deverá ser presente à reunião.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, na redacção da Lei n.º 3-B/2010 de 28 de Abril, do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro e ainda alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 72-A/2010 de 18 de Junho, para a celebração deste contrato.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EM VEÍCULOS PESADOS

- Da Técnica Superior – Filipa Silvestre, dos Serviços de Aprovisionamento, foi presente a informação que a seguir se transcreve, relativa à Prestação de Serviços de Transportes de Passageiros em Veículos Pesados:

ASSIM:

«Como é do conhecimento de V. Ex.ª, e na sequência do despacho de 01/09/2010 que autorizou o procedimento em epígrafe, foi adoptado o ajuste directo, nos termos do art. 18.º e al. a) do n.º 1 do art. 20.º do CCP, tendo para tal sido enviado convite a ROCALDAS - Empresa de Transportes Auto Penafiel, Lda., cuja proposta se anexa ao presente registo (anexo 7 do SGD 9524).

Considerando que, a entidade convidada apresentou uma proposta nos termos e condições do convite e do caderno de encargos e que o critério de adjudicação adoptado foi o do mais baixo custo, nos termos do disposto na al. b) do n.º 1 e n.º 2 do art. 74.º do CCP, propõe-se que a Prestação de Serviços de Transporte de Passageiros em Veículos Pesados seja adjudicado à ROCALDAS – Empresa de Transporte, pelo preço contratual de 29.560,00€, valor ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Mais se informa que foi apenas foi cabimentado 3 duodécimos do valor contratual, pelo que a Câmara se compromete a inscrever no seu Orçamento para o ano de 2011 o restante valor na rubrica 0102 020210, conforme declaração que se anexa.

Nos termos da alínea j) do n.º 1 do art 115.º do CCP o prazo para apresentação dos documentos de habilitação foi fixado no ponto 6 do Caderno de Encargos.

De acordo com o estabelecido no n.º 2 do art. 88.º do CCP, pelo facto da adjudicação (sem iva) ser inferior a 200.000€ não é exigível a prestação de caução. No entanto considerou-se conveniente e de acordo com o art. 15.º do Caderno de Encargos, exigir a prestação de uma caução correspondente a 5% do preço contratual o que equivale a 1.478€.

Face ao que antecede, submete-se à consideração superior a presente proposta.

Se a mesma merecer aprovação proceder-se-á nos termos do n.º 1 e 2 do art. 77.º do CCP, à notificação do adjudicatário:

- da adjudicação
- para a apresentação dos documentos de habilitação exigidos no prazo fixado
- para a prestação da caução.»

O Vice-Presidente – Sr. João Vieira, informou:

«No âmbito da actividade de transportes urbanos – TURE – implementada pelo município, torna-se necessária a aquisição de serviços externos de motoristas devidamente habilitados para este tipo de transporte. Assim, tendo em vista a emissão do parecer prévio favorável decorrente do n.º 2 do artigo 35.º da Lei 12-A/2008 de 27 de Fevereiro na redacção da Lei 3-B/2010 de 28 de Abril, do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro, na redacção da Lei 3-B/2010 de 28 de Abril e ainda a alínea b) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 72 – A/2010 de 18 de Junho, informa-se que o presente contrato de prestação de serviços não envolve a prestação de trabalho subordinado, uma vez que o trabalho irá ser prestado de uma forma autónoma, não se sujeitando na sua execução, conteúdo, direcção e disciplina a instruções deste Município. Informa-se ainda que o trabalho a executar não poderá ser assegurado por trabalhadores providos por relações de emprego público, pois não existem lugares previstos no mapa de pessoal para assegurar esta actividade. Este assunto deverá ser presente à reunião.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, na redacção da Lei n.º 3-B/2010 de 28 de Abril, do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro e ainda alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 72-A/2010 de 18 de Junho, para a celebração deste contrato.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE DESPORTO - CONTRATAÇÃO DE TÉCNICOS

- Da Assistente Técnico – Andrea Frutuoso, dos Serviços de Aprovisionamento, foi presente a informação que a seguir se transcreve, relativa à Prestação de Serviços na área de Desporto – Contratação de Técnicos:

ASSIM:

«1. Na sequência da informação do Técnico Superior de Desporto Vítor Frutuoso, constante no registo do SGD 10729, torna-se necessário proceder à abertura de um concurso para a Prestação de Serviços na Área de Desporto, para dar continuidade ao projecto de aulas de Natação e de Expressão e Educação Física e Motora aos

alunos dos ensinos pré-escolar, básico e 1.º ciclo (aulas de enriquecimento curricular de actividade Física e Desportiva), dar apoio à implementação de novas valências desportivas no Concelho; assegurar as aulas de modalidades desportivas da Universidade Sénior e do Centro de Convívio, Lares e C.E.R.E. e cumprindo esta prestação de serviços com a al. a) do n.º 2 do art.º 35 da Lei n.º 12-A/2008 de 27/02, na redacção da Lei n.º 3-B/2010 de 28/04, do art.º 6 do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 03/09 e ainda a al. a) do n.º 1 do art.º 44 do Decreto-Lei n.º 72-A/2010 de 18/06, submete-se à Consideração superior a presente proposta de decisão de contratar.

2. Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder 23.100,00 €, a satisfazer pela rubrica 0202 020220.

O cabimento da despesa a efectuar nesta data, deverá corresponder à despesa estimada para o ano económico em curso, ou seja, 4 duodécimos do preço contratual previsto para o presente ano, 8.400,00 €.

O valor restante da despesa deverá ser cabimentado na mesma rubrica no exercício económico de 2011.

3. Nos termos da regra geral de escolha de procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar de acordo com os limites ao valor do contrato constantes da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º, propõe-se a adopção de um ajuste directo.

4. Solicita-se a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca:

- Convite elaborado de acordo com o disposto no art. 115.º do CCP.
- Caderno de Encargos.

5. Tendo-se verificado que o convite não viola os limites previstos no n.º 2 e no n.º 5 do artigo 113.º do CCP, propõe-se que sejam convidados os seguintes Técnicos de Desporto:

- João Miguel Oliveira Domingues, Cartão de Cidadão n.º 12834682 5ZZ6 e NIF n.º 225039273;
- Tiago António Gonçalves dos Santos, Cartão de Cidadão n.º 12518615 5ZZ6 e NIF n.º 222209402;
- Catarina Guia Patrício Sequeira Nunes de Sousa, Cartão de Cidadão n.º 11604738 0ZZ9 e NIF n.º 231778945;
- Margarida Azevedo, Cartão de Cidadão n.º 12124027 4ZZ9; NIF 238702634;

- Luís Miguel dos Reis Jerónimo, Cartão de Cidadão n.º 12904159 9 ZZ3 e NIF n.º 204567270.

6. O órgão competente – Presidente da Câmara Municipal – toma a decisão de contratar no uso de competência própria – al. f) n.º 1 do art. 68.º da Lei 169/99 de 18/09 e al. a) n.º 1 do art. 18.º do D.L. 197/99 de 08/06, aplicável por força do disposto no al. f) n.º 1 do art. 14.º do D.L. 18/2008, de 29/01.

7. Tendo em vista a emissão do parecer prévio favorável decorrente do n.º 2 do artigo 35.º da Lei 12-A/2008 de 27 de Fevereiro na redacção da Lei 3-B/2010 de 28 de Abril, do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro, na redacção da Lei 3-B/2010 de 28 de Abril e ainda a alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 72-A/2010 de 18 de Junho, informa-se que os presentes contratos de prestação de serviços não envolvem a prestação de trabalho subordinado, uma vez

que o trabalho irá ser prestado de uma forma autónoma, não se sujeitando na sua execução, conteúdo, direcção e disciplina a instruções deste Município. Informa-se ainda que o trabalho a executar não poderá ser assegurado por trabalhadores providos por relações de emprego público, pois não existem lugares previstos no mapa de pessoal para assegurar esta actividade. Deverá ser presente à reunião de Câmara.»

- A Técnica Superior – Dr.^a Fátima Rosa, dos Serviços Jurídicos, informou: «Com a publicação da Lei do Orçamento de Estado, Lei 3-B/2010 de 28 de Abril, no seu art.º 20, estabeleceu-se como competência do órgão executivo a emissão de parecer prévio favorável à celebração dos contratos de prestação de serviços (tarefa e avença) relativamente à verificação do requisito previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei 12-A/2008 de 27 de Fevereiro – execução de trabalho não subordinado – independentemente de ser pessoa singular ou colectiva. Com a publicação da Lei de Execução do Orçamento de Estado DL 72-A/2010 de 18 de Junho, no seu artigo 44.º estabeleceu-se que a celebração de contratos de aquisição de serviços (tarefa e avença, consultadoria técnica) carece de parecer prévio vinculativo. Embora salvaguardando que ainda não foi publicada a Portaria aplicável à Ad. Local que irá regulamentar o parecer acima referido, deverá o presente processo ser remetido à Câmara Municipal de forma a dar cumprimento ao estabelecido na Lei (emissão do correspondente parecer prévio), sugerindo-se que previamente seja anexado ao presente registo o cabimento e a indicação da escolha do procedimento para a formação dos contratos.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, na redacção da Lei n.º 3-B/2010 de 28 de Abril, do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro e ainda alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 72-A/2010 de 18 de Junho, para a celebração destes contratos.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROPOSTAS

GALA CARRIL DOURADO – HOMENAGEM PÚBLICA, A TÍTULO PÓSTUMO - FERNANDO PEDRO GARCIA

- Do Exmo. Presidente, foi presente a seguinte proposta:

«Proponho que na Gala Carril Dourado de 2010 a Câmara Municipal do Entroncamento preste homenagem pública, a título póstumo, ao SR.FERNANDO PEDRO GARCIA, falecido recentemente.

Natural desta cidade e membro de uma família de ferroviários teve uma vida repleta de actividades.

Destacou-se como funcionário da CP, onde teve uma carreira de sucesso, tendo sido considerado um dos principais impulsionadores da soldadura de carris em Portugal, efectuando sobre essa matéria diversas acções de formação, tanto no país como no estrangeiro.

No campo desportivo desempenhou cargos de presidente, na direcção e na Assembleia Geral do Grupo Desportivo Ferroviários do Entroncamento e do Parafuso.

Foi árbitro, treinador de Futebol e dirigente da Associação de Futebol de Santarém. Também na política se destacou como presidente da Assembleia Municipal do Entroncamento.

FERNANDO PEDRO GARCIA foi um entroncamentense bairrista que pautou a sua vida pela honestidade, correcção e rigor.»

- A Câmara, após aceitar e discutir esta proposta, deliberou, aprová-la, por unanimidade.

- O Vereador Sr. Carlos Matias, apresentou a seguinte intervenção escrita:
«Votaremos favoravelmente a proposta de homenagem a Fernando Pedro Garcia, no âmbito do “Carril Dourado”.

Fernando Pedro Garcia foi dinamizador do movimento associativo, dirigente do “Ferroviários” e, inclusivamente, treinador da equipa de futebol do clube.

Foi, a seu modo, um exemplo do esforço abnegado, desinteressado e permanente que garante a subsistência de clubes e associações.

Mas há outras dimensões assinaláveis no seu perfil.

Fernando Pedro Garcia foi um dos primeiros alunos da Escola de Aprendiz da CP, onde aprendeu o ofício de traçador. Durante anos, nessa função, foi um profissional de alto gabarito tendo recebido e ministrado formação no estrangeiro, nomeadamente em Espanha.

Mas, apesar da sua elevada exigência e desempenho profissionais, não descurou a sua intervenção cívica e política. Foi membro da Assembleia Municipal do Entroncamento, tendo inclusivamente chegado a ser seu Presidente.

Pela sua actividade no campo desportivo e associativo, Fernando Pedro Garcia merece a homenagem proposta. Merece-a ainda mais, se atendermos a que a sua vida foi marcada por uma actividade muito rica em variados domínios.

Gostaria também de acrescentar uma breve nota pessoal.

Não tive muitos contactos com Fernando Pedro Garcia. Mas, sempre que ocorreram, no âmbito da actividade política --- em que por vezes defendíamos pontos de vista diferentes (ele militava no Partido Socialista) --- posso testemunhar da sua enorme abertura de espírito, da sua correcção e da civilidade do seu trato.

É pois, com toda a convicção que nos associamos a esta homenagem.»

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

- E nada mais havendo a tratar o Excelentíssimo Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

- E eu, _____, Coordenador Técnico na Divisão de Inovação e Modernização Administrativa, a redigi, subscrevo e vou assinar, juntamente com o Excelentíssimo Presidente e Vereadores presentes.